www.sindiseab.org.br

ANO XXVII - Nº 222 - AGOSTO DE 2015

FILIADO À CUT BRASIL

JORNAL DO SINDISEAB

SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

URGENTE!

1/3 dos servidores efetivos do IAP se aposentam até o fim do ano

MEIO AMBIENTE NA UTI

Instituto Ambiental do Paraná - IAP

As autoridades do Meio Ambiente dizem que trabalham pela realização de concursos e que o governador sabe das necessidades. O desfalque não é só no IAP, em todos outros órgãos do Sistema SEMA precisa-se de contratação de pessoal.

A direção do IAP diz que já fez o pedido de concurso para a contratação de 160 servidores públicos. A expectativa é que seja realizado ainda em 2015. Mas será que esse número será suficiente para cumprir a demanda ambiental?

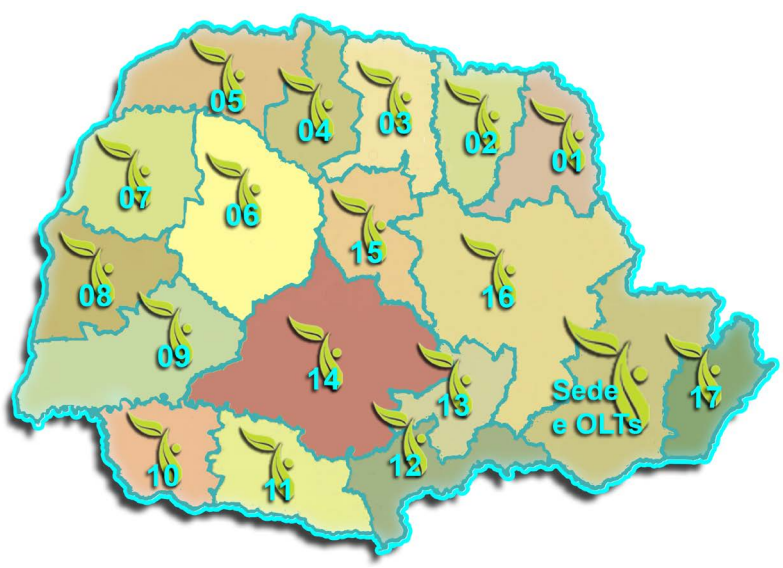
Saiba o que foi discutido no Fórum do Meio Ambiente e na audiência com o presidente do IAP.

PÁGINA 03.

PLENÁRIAS

SINDISEAB põe o pé na estrada outra vez

A direção do sindicato está realizando reuniões nos locais de trabalho para ouvir a base. Confira como foram as primeiras das 29 plenárias e saiba o que os servidores acham da gestão sindical. PÁGINA 03.



RETROCESSO

PGE proíbe enquadramento de servidores do QPPE

O Fórum dos Servidores (FES) reagiu divulgando em nota: "mais uma vez vemos se repetir o velho método: a conquista para todos é assegurada para alguns e se fecha a porta por inoperância do próprio governo. O punido mais uma vez é o servidor/a. O FES tomará as providências jurídicas e continuará o processo de debate com o governo. Não aceitamos essa decisão." Se o governo não quer resolver a injustiça que atinge centenas de servidores através do Enquadramento, por que não cria a tabela especial?

TRABALHO IGUAL + FORMAÇÃO IGUAL = SALÁRIO IGUAL!!!

Nota: as Informações 099/2015 e 133//2015 da PGE foram publicadas durante o fechamento desta edição. Mais informações nos nossos boletins eletrônicos.

E MAIS:

Coletivo de Aposentados volta à ativa

O Coletivo de Aposentados e Pensionistas (CAP), que estava suspenso, volta a se reunir mensalmente agora sob a coordenação da dirigente liberada Maria Auxiliadora Fernandes. A próxima reunião já está marcada: 26 de agosto, às 14h00, na sede do sindicato. Participe!

Jurídico estende o prazo para novas ações

Se você ainda não mandou os documentos não perca esta nova oportunidade. O novo prazo vai até 30 de setembro de 2015.

EDITORIAL

MEIO AMBIENTE NA UTI

Cerca de 1/3 dos servidores do IAP podem se aposentar até dezembro

A SEAP aprovou a realização de concurso público para 160 servidores efetivos para o Instituto Ambiental do Paraná. Teoricamente, as contratações supririam a demanda ambiental crescente mas o número vai apenas repor as aposentadorias deste ano.

A situação é crítica! O IAP tem hoje apenas 521 servidores na ativa. Destes, 107 já tem o direito de obter aposentadoria imediata; outros 47 preencherão os requisitos até o final de 2015 (107 + 47 = 154). Isso representa um déficit de quase 30% do total.

Desde 2012, o SINDISEAB vem alertando as autoridades do Governo do Estado sobre a necessidade de concurso público para o IAP. Em 1988, o órgão estadual responsável por fiscalizar o Meio Ambiente e fazer Licenciamento Ambiental contava com cerca de 1.200 servidores. De lá para cá, nunca mais houve concurso para o instituto, que agora está chegando à beira do colapso!

Trocando seis por meia dúzia - com o recente levantamento realizado pelos Recursos Humanos de todas as Secretarias de Estado para justificar a solicitação de concurso público, constatou-se que o IAP necessita de pelo menos mais 160 servidores em diversas funções para atender o aumento da demanda de trabalho gerado pelas alterações da legislação ambiental.

As 160 novas contratações já autorizadas pela SEAP - mas sem data para serem implantadas - só vão acrescentar SEIS servidores ao número atual de efetivos no IAP. Na prática, vão apenas repor as vagas abertas pelos servidores que vão deixar o órgão até o fim do ano!!! O SINDISEAB reivindicou acesso ao levantamento sobre a necessidade de pessoal em todos os órgãos do Meio Ambiente.

Este e outros assuntos foram tratados em reuniões entre o SINDISEAB e as autoridades do Meio Ambiente do Paraná em duas ocasiões distintas: do Fórum do Meio Ambiente; e uma audiência específica com a presidência do IAP. Confira!

SISTEMA SEMA

Acompanhe as discussões da nossa pauta

Promoções e progressões - na reunião do dia 12 de agosto com o Fórum dos Servidores, a SEAP disse que no dia seguinte (13) teria reunião com a SEFA para tratar do pagamento. No dia 14 de agosto, a SEAP divulgou nota dizendo que os "servidores do QPPE que tinham direito à progressão ou promoção até 30 de abril de 2015 e que, por algum motivo, o protocolo não estava concluído, receberão o benefício na folha de pagamento de agosto". Diz também que "os processos dos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo que têm direito e fizeram requisição do mesmo benefício a partir de junho de 2015 já estão em trâmite." Como as promoções e progressões são individuais e variam de um servidor para outro, em caso de dúvidas, confira a sua situação junto ao RH da instituição a qual está vinculado.

Horas Extras - no IAP, o último pagamento autorizado foi referente às horas extras trabalhadas em outubro, novembro e dezembro de 2013. Depois disto, a execução e o pagamento foram proibidos. Ainda assim, muitos servidores continuaram a executar serviços extraordinários, por exemplo, em viveiros e unidades de conservação que exigem atividades diárias. A direção do IAP informou que os atrasados serão pagos tão logo se normalize a situação financeira do Estado e que já tem a permissão da SEAP para autorização de horas extras em casos específicos.

Participação dos servidores - o presidente do IAP disse que os servidores tem sido consultados como, por exemplo, na elaboração do SGA – Sistema de Gestão Ambiental - que permite a solicitação de licenciamento ambiental pela internet. Segundo ele, na ocasião foram solicitadas sugestões de todos os escritórios.

Corrupção e transparência - o presidente do IAP limitou-se a dizer que o site do órgão vai passar por uma reformulação para cumprir a Lei da Transparência e que vai lançar uma campanha publicitária em defesa da instituição.

Estrutura - no IAP, o escritório de Toledo e o anexo de Londrina serão reformados. Na SEMA, é preciso consertar o teto do banheiro comum ao usuário. No FMA, as autoridades disseram que as reformas estão sendo retomadas com o novo fôlego nas finanças do governo. Na área de informática, foram adquiridos 360 computadores e desenvolvida a programação para a implantação do SGA .

Veículos - cerca de 120 camionetes foram compradas para o IAP e cinco carros novos para a SEMA. O SINDISEAB apontou a falta de manutenção dos veículos. No ERCBA, por exemplo, dos 22 veículos, 11 estão parados. Há mais de 15 dias não se consegue trocar nem óleo e filtro dos veículos. Luiz Tarcísio disse que a manutenção já se normalizou.

Capacitação - o levantamento feito pela Escola de Governo foi concluído e já estão definidos custos. Os cursos serão presenciais ou à distância. O SINDISEAB solicitou acesso às informações e poderá apresentar sugestões ao projeto. A direção do IAP quer oferecer aos servidores um curso de direção defensiva aos através de um convênio com o Detran. O SINDISEAB reivindicou suporte técnico para que os servidores possam atender o público que procura informações nos viveiros do IAP.

Ministério Público - segundo Tarcísio, o IAP tem uma demanda de cerca de 11 mil solicitações por ano a serem respondidas ao Ministério Público. Isso porque o IAP antes de finalizar um auto tem que mandar cópia para o MP (Decreto Federal 6.514/2008). Tarcísio sugere que o ideal seria fazer encaminhar tais processos depois de concluídos e espera que, com a implantação do SGA, o MP passe a acessar informações no próprio sistema, diminuindo a demanda de ofícios. Além disso, há o passivo dos autos de infração, 75% deles emitidos com erros, que precisam ser corrigidos ou cancelados. Os inúmeros autos não executados levam o MP a questionar o IAP para que explique as razões da não execução.
Sem o convênio, a Polícia Ambiental continua fiscalizando, mas só pode fazer o Boletim de Ocorrência com cópias encaminhadas para o MP, delegacias e para o IAP. Então os fiscais do IAP têm que vistoriar a propriedade para verificar se cabe, ou não, auto de infração. A demora para a revisita, por falta de pessoal, faz com que o MP volte a questionar o IAP. Há dois anos, o instituto contava com apenas 145 fiscais em todo o Paraná (Portaria 272/2013-IAP). De lá para cá, muitos faleceram ou se aposentaram.

Policia Ambiental - no FMA, as autoridades anunciaram que um novo programa de proteção ambiental ainda está sendo elaborado. Segundo Tarcísio, a Polícia Ambiental pode, não apenas para reprimir mas, orientar e atuar como guia nos parques. O SINDISEAB solicitou acesso aos estudos para o novo convênio. É bom lembrar que a autorização para a renovação do convênio entre IAP e Polícia Ambiental foi publicada no Diário Oficial do Estado (nº 8745) em 02 julho de 2012, e não saiu até hoje!

Fórum do Meio Ambiente

Em 08 de julho, autoridades do Sistema SEMA e do SINDISEAB fizeram a primeira reunião do Fórum do Meio Ambiente (FMA). De caráter permanente, o FMA tem como objetivo acompanhar a realidade das instituições do Meio Ambiente e manter atualizada a discussão dos diversos itens das reivindicações dos servidores.

Participaram o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Ricardo José Soavinski, e os Diretores Presidentes * do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto; * do ITCG, Amilcar Cavalcante Cabral; * do AGUAS-PR, Amin José Hannouche * e da Mineropar, José Antônio Zem, empresa conveniada com o IAP que dá suporte em caso de riscos de acidentes naturais.

Representaram o SINDISEAB: Roberto A. Silva, Donizetti Silva, Maria Auxiliadora Fernandes, Izaías Pereira e Benedito Eugênio Padilha.

Na próxima reunião do FMA, em 02 de setembro, o SINDISEAB vai apresentar o projeto do Seminário AMA - Agricultura e Meio Ambiente - previsto para o mês de outubro de 2015 - para as autoridades do Sistema SEMA.

Os servidores do Meio Ambiente devem participar das discussões sobre pautas específicas a fim de fornecer à direção sindical subsídios sobre PROBLEMAS e SOLUÇÕES para o Sistema SEMA.

Audiência no IAP

Os dirigentes do SINDISEAB se reuniram com o presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, em 14 de julho.

Toda pauta de reivindicações foi discutida: infraestrutura, motivação de servidores, demandas do Ministério Público, horas extras, promoções e progressões de servidores.

Pelo SINDISEAB participaram Roberto A Silva, Donizetti Silva, Maria Auxiliadora Fernandes e Benedito Eugênio Padilha.

A Direção do IAP se comprometeu a devolver o documento protocolado pelo sindicato com resposta a todos os itens pautados. O SINDISEAB e o IAP farão reuniões mensais para que o planejamento do órgão seja sempre repassado aos servidores. A próxima reunião já está marcada para o dia 18 de agosto.

SINDISEAB
SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

- **FONE/FAX:** (41) 3253.6328
- **E-MAIL:** sindiseab@sindiseab.org.br
- **SITE:** www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Morais (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizétti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPr/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

SINDISEAB EM AÇÃO

Sindicato volta a consultar a base

As plenárias regionais do SINDISEAB começaram em 29 de julho e terminam em 09 de outubro.
Até lá, a direção sindical pretende realizar reuniões em 23 locais de trabalho para ouvir os servidores estaduais das secretarias da Agricultura e Meio Ambiente.

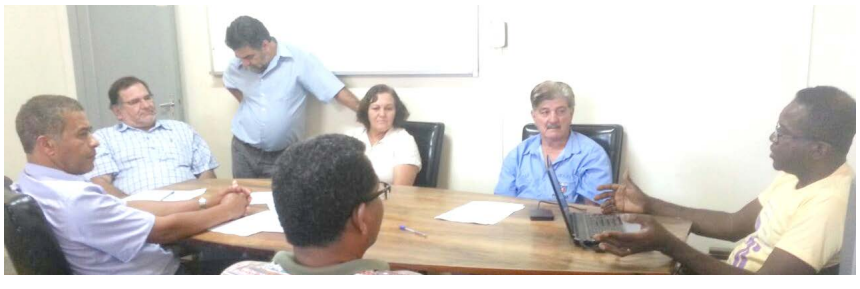
O objetivo é ouvir as categorias de base; reestruturar os 17 núcleos sindicais; organizar o Seminário AMA (Agricultura e Meio Ambiente); aumentar a adesão às ações judiciais; e falar da Campanha Salarial 2015.

Em Jacarezinho, em 29 de julho, os 20 servidores reunidos na plenária discutiram diversos temas como progressão e promoção e a relação dos aposentados com o sindicato.

No dia seguinte (30), em Cornélio Procópio, a plenária reuniu 10 servidores. O pessoal debateu o processo de resistência dos servidores no primeiro semestre de 2015. O tema central da

reunião foi o enquadramento e a necessidade de reestruturação do QPPE. A Direção Estadual colheu várias sugestões para o debate no grupo de trabalho que a SEAP promete criar para analisar o assunto.

Os servidores de Cornélio reclamam muito do SAS pois precisam se deslocar até Londrina, cerca de 60 km (120 km ida e volta), e o preço do pedágio total a cada viagem é de R$ 32,20. Todo o tratamento (consulta, volta para fazer o exame, depois para reconsulta), custa só de pedágio mais de R$ 90,00. Outra solicitação dos associados é que o Coletivo Jurídico envie relatórios periódicos da ações judiciais às direções regionais para que todos os associados tenham acesso. A direção visitou o IAP de Cornélio, repassou informações e fortaleceu as lideranças sindicais regionais.



Em Londrina, a plenária aconteceu em 31 de julho, onde a maior preocupação dos servidores está com a ParanáPrevidência.

Em 06 de agosto foi a vez da OLT de Arapongas. Os sete servidores da Fábrica de Tubos do Instituto das Águas estão mais conscientes dos seus direitos e cidadania depois da participação no Curso de Formação do SINDISEAB. Estimulados pelo sindicato, nossos dirigentes regionais fizeram cursos de informática. Agora, através de email, enviam e recebem as informações do sindicato.

Com o nosso Boletim 108 em mãos, os servidores se identificaram com as reclamações do NS de Cornélio Procópio sobre o SAS. Estão na mesma situação: precisam se deslocar até Londrina por 50 km (100 km ida e volta) e o preço do pedágio a cada viagem é de R$ 13,20. Todo o tratamento (consulta, retorno para exames e depois reconsulta) custa - só de pedágio - mais de R$ 40,00.

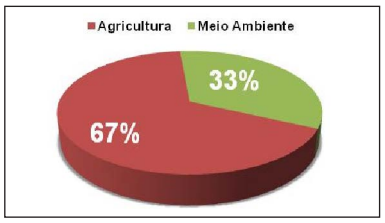
Servidores avaliam gestão sindical

Ao fim de cada plenária, os servidores estão respondendo a uma pesquisa para medir a satisfação da base do SINDISEAB com a atuação da direção do sindicato.

Nas seis plenárias realizadas em Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Arapongas, Maringá e Paranavaí, 63 servidores responderam ao questionário. Para evitar constrangimento, ninguém precisou se identificar. O formulário é semelhante ao utilizado para as avaliações dos nossos cursos de formação.

Perfil dos participantes

* lotação: 42 vinculados à Secretaria da Agricultura e 21 à do Meio Ambiente.



* sexo: 57 homens e 06 mulheres;
* cargo: 32 são Agentes de Apoio; 10 Agentes de Execução; 14 Agentes Profissionais e 07 não responderam.
* tempo de serviço no Estado: 04 tem até 10 anos; 02 tem de 10 a 20 anos; 59 tem de 20 a 30 anos; e 11 não responderam
* faixa etária: 04 estão abaixo dos 30 anos; 39 têm entre 45 e 66 anos e 09 estão acima dos 65 anos. Onze não responderam.

Avaliação da gestão - dos 63 servidores, 59 são sindicalizados. Apenas 04 não. Já se "a Direção do SINDISEAB deixou de encaminhar algo deliberado nas instâncias sindicais": 24 acham que "não"; 08 acreditam que "sim" e outros 21 não opinaram. Perguntados se "sentiram falta" de algo no SINDISEAB: 22 disseram "sim", 25 responderam "não" e 16 não opinaram.

Comunicação - um fato interessante se refere ao fluxo de informações do SINDISEAB. Dos 108 pontos somados entre site, email, mídias sociais, jornal, boletim e dirigentes; 98 pontos são para os meios eletrônicos, incluindo a versão online de jornal e o boletim eletrônico por email. Apenas 10 servidores citaram os dirigentes locais como fonte de informações.

Conclusões - o acompanhamento das questões jurídicas ainda é a maior reclamação da base. Os associados querem saber mais sobre o andamento das ações judiciais. Apontaram, ainda, a necessidade de maior participação dos servidores nas direções regionais e estadual. Porém, indagados sobre a disposição de participar, responderam não ter condições de ir nem mesmo às AGEs (Assembleias Gerais Estaduais) de Curitiba. Sugeriram, então, a criação de mecanismos que possibilitem a realização de AGEs regionalizadas nos núcleos sindicais.
Por fim, na avaliação geral da gestão sindical: 02 apontam como "ruim"; 18 como "regular" e 28 como "boa". Dezesseis não opinaram.

Em Maringá, cerca de 20 servidores discutiram a mobilização sindical na nossa última greve no dia 06 de agosto. Um dos problemas levantados foi a falta de uma contraposição aos boatos de que este ou aquele regional havia voltado ao trabalho. A direção reconheceu a fragilidade e já está trabalhando para que seja resolvida. Ao final os dirigentes concluíram que é necessário fortalecer

os núcleos e as lideranças regionais, descentralizar as AGEs e melhorar a qualificação dos próprios dirigentes.

Em 07 de agosto, a Direção Estadual realizou a plenária do NS de Paranavaí, no Escritório Regional do IAP. O pessoal do viveiro reivindica horas extras porque precisa irrigar as mudas nos feriados e finais de semana. Os servidores também debateram sobre o enquadramento e a assessoria jurídica. O SINDISEAB rescindiu os contratos com todas as assessorias do interior e está estudando novos contratos no formato de convênio.

PLANEJAMENTO DO FES

Sindicatos se preparam para resistir ao desmonte dos serviços públicos

Em 15 de julho, os dirigentes das entidades que compõem o Fórum Estadual dos Servidores (FES) se reuniram na sede da APP-Sindicato para analisar o cenário político estadual e planejar as atividades sindicais para o próximo semestre.

Estrategicamente, no primeiro mandato, o Governo Richa não adotou a política neoliberal da cartilha do PSDB, pois queria se reeleger. Foi reeleito em primeiro turno, com 56% dos votos. Logo após a eleição porém, ainda em novembro de 2014, Richa deu mostras do que de fato "estaria por vir". O conjunto de medidas do governo transformou a inflação de Curitiba na mais alta do país: 10,2%!

Richa impôs um pesado "pacote de maldades" a toda a sociedade paranaense:

* aumentou em 40% o IPVA;
* o ICMS sobre 95 mil produtos de uso popular passou de 12% para 18% até 25%;
* os sucessivos reajustes na energia elétrica já chegam a 51%, somente em 2015;
* a tarifa da água subiu 12,5%;
* agora quer prorrogar os contratos do pedágio mais caro do mundo!

Os neoliberais trabalham pelo "estado mínimo" ou seja: quanto menor o retorno dos impostos através de serviços para a população; melhor! Por isso, ao invés de contratar servidores e investir nas instituições públicas, o governo prefere a terceirização, os estagiários e os comissionados. Assim, o dinheiro público é repassado para a iniciativa privada (financiadores de campanha) enquanto as instituições públicas caem aos pedaços.

Outra forma de se apropriar do dinheiro público é através da corrupção, na qual o Governo Richa está mergulhado num mar de lama. Todos os dias os noticiários anunciam mais uma descoberta do GAECO: fraude nas licitações das oficinas; nas construções de escolas; na cobrança de impostos pela Receita Estadual e até pedofilia!

Ataque ao funcionalismo - a intenção do governo em fevereiro era, não só se apropriar do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência, mas destruir as carreiras e retirar direitos dos servidores públicos estaduais. A forte reação das categorias - ocupando a ALEP - fez com que o governo recuasse. Mas Richa não se deu por vencido: reeditou o projeto de lei e conseguiu aprovar a nova lei sequestrando os recursos da ParanaPrevidência na vergonhosa sessão, em 29 de abril, que manteve os servidores fora da ALEP sob o ataque covarde de helicópteros, bombas, gás de pimenta e lacrimogêneo, cães e balas de borracha. Assim, impôs também a taxação em 11% dos benefícios dos servidores aposentados que recebem acima do teto do INSS (R$ 4.390,24).

Tanta maldade tem por objetivo cobrir o rombo dos desmandos do governo que precisa equilibrar o caixa a tempo de alimentar as eleições municipais de 2016. Portanto, servidores, observe quem são os aliados do Governo Richa nas próximas eleições!

Estado Mínimo x Concursos

É evidente que o governo não pretende realizar concursos públicos, pois não quer contratar servidores. Já foram editados diversos decretos vetando a contratação. A ideia é economizar em gasto de pessoal para investir no setor privado. A redução de custeio que já aconteceu pela falta de dinheiro deverá ser adotada como prática daqui para frente.

A mobilização é fundamental

As categorias de servidores saíram fortalecidas pois retomamos a luta unitária e o movimento de resistência foi vitorioso tanto no aspecto econômico quanto no político.

Mas, é preciso superar as fragilidades, melhorar a organização, investir em formação da base e continuar resistindo.

O Coletivo Jurídico do FES vai estudar e trabalhar pela regulamentação no Paraná da Convenção 151 da OIT que estabelece o direito à organização sindical e à negociação coletiva entre servidores e gestores públicos.

Negociação permanente

O FES e o governo estão retomando as negociações mensais. A coordenação do Fórum protocolou ofício solicitando incluir na pauta os seguintes temas:

*** Liberdade sindical -** o FES quer uma solução para os cortes de gratificações dos dirigentes sindicais liberados (SINDISEAB, SINSPPR) e o fim das punições e perseguição aos dirigentes e às entidades sindicais (Sindarspen e APP-Sindicato).

*** Saúde -** enquanto estiver em vigor, o FES quer que o governo mantenha os pagamentos dos credenciados do SAS em dia para que os servidores não fiquem sem atendimento. Ao mesmo tempo, reivindica a retomada do Grupo de Trabalho para a elaboração de um novo modelo de saúde.

*** QPPE -**

- conclusão imediata da revisão de enquadramento a todos que atendem ao acórdão Nº 3302/13 do Tribunal de Contas do Paraná;
- regularização com implantação da progressão por antiguidade dos servidores enquadrados em 2010 (protocolado nº 13.184.012-8);
- criação do GT para reestruturação do QPPE com incorporações de gratificações e revisão nas tabelas salariais, conforme ofício já protocolado pelo FES;
- reestruturação da tabela - elevação dos pisos das carreiras, e equiparação dos valores das tabelas atuais com outras carreiras do Poder Executivo (AA, AE e AP);
- incorporação das gratificações dadas como complementos de salários;
* criação de tabelas com classes especiais que valorizem os técnicos com formação de nível médio e universitário (não enquadrados);
* extensão das tabelas - referências, de forma que se dê perspectiva de avanço nas carreiras para servidores públicos já na classe I, ref. 8, mas ainda com tempo a cumprir na administração pública;
* preservação de direitos - manutenção dos quinquênios, anuênios, insalubridade, periculosidade, adicional noturno dentre outros.

*** Pagamento dos atrasados** - as promoções e progressões estão atrasadas para diversas categorias. O FES quer esclarecimentos sobre os vários decretos que "travam" o andamento dos processos, bem como quer ter acesso ao cronograma de pagamento.

*** concurso público** - levantamento sobre as necessidades de pessoal para subsidiar o debate permanente sobre o fortalecimento do serviço público com concursos públicos, fim das terceirizações e redução de cargos comissionados.

*** ParanaPrevidência**

- Adequação da representação de acordo com a nova lei;
- Não recolhimento dos 11% dos migrados por parte do Governo - Decreto 1185/2015 que revoga dispositivo do decreto 578/2015;
- Regulamentação da Previdência complementar.

A reunião com a SEAP aconteceu em 12 de agosto durante o fechamento desta edição. Mais informações em nosso boletim eletrônico.

PARANAPREVIDÊNCIA

Supremo deve decidir sobre ADI no início de setembro

A Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 18.469, de 30/04/2015, - que reestruturou o Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - foi protocolada junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 22 de julho.

Em 31 de julho, o Ministro Presidente do STF, Ricardo Lewandowski, publicou um despacho dizendo que: " o caso sob exame não se amolda à hipótese prevista no art. 13, VIII, do RISTF. Isso posto, nos termos do art. 12 da Lei 9.868/1999, solicitem-se informações à Assembleia Legislativa e ao Governador do Estado do Paraná. Após, abra-se vista sucessiva ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, para que se manifestem igualmente no prazo máximo de 5 (cinco) dias."

Isso quer dizer que a decisão poderia esperar o fim das férias forenses (o Poder Judiciário voltou à ativa em 03 de agosto). E, aproveitando o despacho, Lewandowski determinou que o Governo do Estado do Paraná e a Assembleia Legislativa do Paraná prestem informações para o Ministro Relator. Depois disto, o processo vai para o Ministério Público por cinco dias e, então, finalmente segue para que o Ministro Relator emita juízo sobre a tutela antecipada requerida.

Segundo o advogado do SINDISEAB, Dr. Jackson Sponholz, o prazo começa a correr a partir de quando a intimação à outra parte, geralmente enviada por AR (Aviso de Recebimento) é juntada ao processo. Por sua experiência, Dr. Jackson estima que a resposta chegue ao STF no fim de agosto ou início de setembro. Só então o pedido de liminar poderá ser apreciado.

A ADI 5350, impetrada em nome de nove entidades, inclusive o SINDISEAB, pede medida cautelar e suspensão dos efeitos da nova Lei da ParanaPrevidência por afrontar o Art. 40 da Constituição Federal.

No STF, o relator é o Ministro Marco Aurélio de Mello. Dirigentes e advogados dos sindicatos vão à Brasília acompanhar o trâmite do processo. O FES já está tentando agendar audiência com o Ministro Relator.